A FORMAÇÃO DOCENTE NO ÂMBITO DA SOCIEDADE CAPITALISTA: A VALORIZAÇÃO DA MULHER EM QUESTÃO

João José Tomaz Aquino de Morais
Universidade Regional do Cariri, Campos Sales/CE, Brasil

Introdução

A temática das mulheres no campo educacional tem ganhado grandes proporções diante das desigualdades de gênero presentes na sociedade e nas instituições de ensino. Embora as mulheres constituam a maioria no exercício da docência, ainda há muitos desafios relacionados à desvalorização profissional, à sobrecarga de trabalho e à permanência em estruturas que reproduzem a desigualdade social. Diante disso, é de suma importância realizar uma análise crítica das políticas de valorização das mulheres, como é o caso da Lei n. 14.986/2024 no contexto da formação docente, compreendendo seus limites e contradições.

A formação de professores desempenha papel central na constituição de uma prática pedagógica comprometida com a transformação social. Assim sendo, pensar políticas de valorização das mulheres neste campo implica considerar não apenas o acesso e a permanência em espaços formativos, mas sim condições materiais, políticas e ideológicas que permeiam o trabalho docente.

Isto posto, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise crítica da formação docente na sociedade capitalista, problematizando a valorização da mulher nesse campo. Busca-se compreender em que medida as condições concretas de trabalho contribuem para a reprodução das desigualdades de gênero no interior da sociedade capitalista.

Metodologia

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico. De acordo com Deslandes, Gomes e Minayo (2007), trata-se de um estudo que tem como base as questões particulares a partir de um conjunto de fenômenos humanos que tem como ponto de partida a realidade social. Para tanto, nos utilizamos dos escritos de Dermeval Saviani, Karl Marx e Antonio Gramsci, além da Lei n. 14.986/2024.

À vista disso, a partir deste estudo, é possível compreender os fenômenos sociais de forma abrangente, levando em conta as determinações históricas, políticas e sociais que influenciam a formação de professores e a valorização da mulher.

Resultados e Discursões

A formação docente, no âmbito da sociedade capitalista, não pode ser vista isoladamente em relação às relações sociais de produção. De acordo com Marx (2013, p. 47), "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina sua consciência". Desse modo, a educação e a formação de professores são profundamente condicionadas pelas estruturas materiais da sociedade.

Compreendemos a educação como uma atividade mediadora no seio da prática social global (Saviani, 2013), pois exerce a função de contribuir para a ordem social vigente, bem como para a superação e a transformação da sociedade. Assim sendo, Saviani (2011, p.13) explica que "a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, sendo, ao mesmo tempo, determinada pelas condições sociais e capaz de influir sobre elas".

Entendemos, pois, a necessidade de uma formação docente crítica, que ultrapasse a passividade das teorias não críticas da educação: Escola Tradicional (Pedagogia da Essência), a Escola Nova (Pedagogia da Existência) e a Pedagogia Tecnicista, bem como das teorias Crítico-reprodutivistas, que acabam por retirar da pauta a escola como condicionante de transformação humana.[1]

No que se refere à presença feminina na docência, observa-se que a feminização do magistério é um fenômeno histórico consolidado, resultante da associação entre o trabalho docente e características socialmente atribuídas às mulheres. Essa associação está intrinsecamente ligada à divisão sexual do trabalho, que, na sociedade capitalista, reforça desigualdades estruturais. Como destaca Marx (2013), o trabalho, nesta sociedade, assume o caráter alienado. Ou seja, o trabalhador não se reconhece no próprio ato de trabalho, o que Marx (2010) chama de trabalho estranhado.

A mulher, como profissional docente, se dá em sua maioria. Temos mais professoras do que professores diante de todo um contexto histórico, fruto de reproduções sociais ao longo do tempo, pois os homens, ao perceberem os baixos salários, distanciaram-se da prática docente, deixando a cargo das mulheres o desenvolvimento dessas tarefas. De acordo com Gramsci (2001, p.18), "todos os homens são intelectuais, mas nem todos desempenham na sociedade a função de intelectuais", o que permite compreender o papel do(a) professor(a) como intelectual que atua na formação humana, embora, muitas vezes, seu trabalho não seja devidamente reconhecido.

No interior das políticas públicas, observa-se a existência de iniciativas voltadas à valorização das mulheres, como a Lei n. 14.986/2024, que institui a obrigatoriedade da inserção de abordagens referenciadas às experiências e perspectivas femininas nos currículos escolares do ensino fundamental e do ensino médio (Brasil, 2024). Entretanto, essas políticas enfrentam dificuldades em sua materialização no bojo da sociedade capitalista.

[1] Como se trata de um assunto muito amplo, faz-se necessário abordá-lo em outro momento com a densidade que se necessita.

Como nos ensina Gramsci (2000, p.21), "a hegemonia nasce da fábrica e não necessita, para se exercer, senão de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia", evidencia-se, pois, como as relações de poder influenciam diretamente a organização social, neste caso, o campo educacional.

A partir do pensamento de Dermeval Saviani, podemos compreender que a formação docente é um processo que deve articular teoria e prática, superando essa divisão histórica e, assim, buscando a transformação social. De acordo com Saviani (2011, p.65), "a função da escola é a socialização do saber sistematizado", o que reforça o papel do professor como mediador fundamentado no acesso ao conhecimento historicamente produzido no conjunto dos homens.

Por fim, vemos a contradição entre o discurso de valorização da mulher na educação e as condições concretas de trabalho. Embora haja falácias dos detentores da hegemonia sobre a ideia de que a educação é importante e que os professores são fundamentais, na prática, o que há é a desvalorização, mostrando os limites e contradições da lógica capitalista.

Conclusões

Ao longo deste trabalho, buscamos realizar uma análise crítica da formação docente na sociedade capitalista, o que permite compreender que a valorização da mulher no campo educacional está profundamente marcada por contradições. Pois, na formalidade dos discursos, há reconhecimento e valorização. Porém, na prática, o que se tem é a perpetuação das desigualdades de gênero, fruto das condições da estrutura social vigente.

Assim, é fundamental pensar a formação docente para além do que está posto, pois a educação deve estar comprometida com a formação plena dos sujeitos, possibilitando a atuação política e consciente na transformação da sociedade.

Desta feita, a valorização da mulher na educação não pode ser dissociada das mudanças estruturais que permeiam a sociedade. Assim sendo, compreendemos que a superação das desigualdades exige não apenas reformas pontuais, mas também a transformação das relações sociais que sustentam a exploração e a divisão desigual do trabalho.

Ademais, a construção de uma educação com horizonte de emancipação humana passa necessariamente pela valorização concreta das mulheres docentes, o que implica melhores condições de trabalho, reconhecimento profissional e formação crítica voltada à transformação social.

Palavras-chave: valorização da mulher; formação de professores; capitalismo.

Referências

BRASIL. **Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas

nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14986.htm. Acesso em 18 mar. 2026.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 1: Introdução ao estudo da filosofia. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

MARX, Karl, 1818-1883. **Manuscritos Econômico-filosóficos**/Karl Marx; tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. – [4. reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica / Dermeval Saviani. – 19. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – (Coleção educação contemporânea).

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.